

## O IMAGINÁRIO NAS PERSONAGENS DA CIDADE VELHA: MEMÓRIA E PATRIMÔNIO NA BELÉM CONTEMPORÂNEA<sup>1</sup>

Cybelle Salvador **MIRANDA**<sup>2</sup>  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/ UFPA  
[cybelle@ufpa.br](mailto:cybelle@ufpa.br)

**Resumo:** Neste trabalho, pretende-se revelar o imaginário do patrimônio do bairro da Cidade Velha, destacando os novos espaços da memória em Belém do Pará criados a partir do projeto “Feliz Lusitânia”. A pesquisa constou de documentação fotográfica e entrevistas com os usuários desses espaços, bem como com moradores da Cidade Velha e com técnicos dos órgãos de preservação, a fim de captar as diversas visões que possuem sobre a temática da preservação do patrimônio. Como tratar as intervenções em espaços consolidados na memória e lidar com os novos significados que estes adquiriram ao longo do tempo, com as sucessivas camadas de intervenção que sofreram? Nota-se que existem visões antagônicas em relação ao Patrimônio como fonte de vitalidade para o bairro, destacando-se a preocupação dos moradores do bairro com questões de segurança e infra-estrutura e as reações positivas dos visitantes do Complexo Feliz Lusitânia.

**Palavras-chave:** Preservação do patrimônio. Espaços da memória. Populações tradicionais. Imagens urbanas.

**Abstract:** This paper intend to reveal the imaginary of patrimony in *Cidade Velha*' s district, especially the new memory spaces in Belém, created by the *Feliz Lusitânia*'s project. The survey is composed by photographic documentation and interviews with the district inhabitants and preservation technicians, in order to observe different ways of seen about the patrimony preservation's theme. How to treat the interventions in memory consolidated spaces and deal with the new meanings they acquire trough the time, with the successive intervention's layers they suffered? We notice there are antagonistic points of view related to Patrimony as a vitality fountain to the district, mostly the preoccupation of district inhabitants in questions such as security and infra-structure, and the visitors positive reactions of the *Feliz Lusitânia*' s Complex.

**Keywords:** Patrimony preservation. Memory spaces. Traditional populations. Urban images.

### 1 A preservação da memória

O núcleo colonial de Belém é hoje alvo de interesse por parte dos segmentos que pretendem torná-lo um pólo turístico, bem como dos preservadores do patrimônio, de intelectuais e inclusive de empresas, que buscam ligar seu nome ao símbolo renovado da fundação de Belém. O Forte é o novo postal reformulado. O recanto austero, antes ocupado pelo Clube Círculo Militar e seu restaurante tradicional, se modernizou.

---

<sup>1</sup> Artigo baseado na tese “Cidade Velha e Feliz Lusitânia: cenários do Patrimônio cultural em Belém”, defendida em outubro de 2006 no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFPA.

<sup>2</sup> Professora da UFPA, Doutora em Antropologia (PPGCS/UFPA).

Na tela “A fundação da Cidade de Belém”, obra encomendada pelo Intendente Antonio José de Lemos e exposta no foyer do Teatro da Paz em 1908, o pintor Theodoro Braga<sup>3</sup> tem a intenção de definir o mito fundador da identidade amazônica, seguindo a tendência do Romantismo de reescrever a história nacional pela pintura. Para concretizar esse feito, ele buscou os escritos dos principais historiadores, bem como os originais mantidos em arquivos brasileiros e estrangeiros, extraindo deles a versão considerada mais “verídica” dos fatos (FIGUEIREDO, 2004).

Uma das principais controvérsias entre os historiadores da época dizia respeito à técnica construtiva empregada no Forte do Presépio, quando de sua edificação em 1616. Utilizando fontes várias, Theodoro Braga se contrapunha ao historiador Arthur Vianna, ao pintar a fortaleza em pedra e não em madeira, como afirmavam os historiadores de sua época em diante. Contudo, para o objetivo de retratar a solidez da conquista lusa na Amazônia, a imagem do Forte de pedra era mais útil. Consagra-se uma imagem mítica no século XX, do Forte de pedra sendo construído por braços indígenas, sob o comando dos portugueses.

Após o período áureo da borracha, a Região Amazônica perde o impulso modernizador, restando como marco da época, na Cidade Velha, a Praça Frei Caetano Brandão, com a estátua esculpida pelos artistas italianos Domenico De Angelis e Giovanni Capranesi. O traçado renascentista dos canteiros geométricos e os bancos demarcam o espaço fronteiro ao conjunto de edificações coloniais. A partir da década de 60 do século XX, o antigo Forte do Presépio, chamado agora Forte do Castelo, torna-se sede do Círculo Militar. Ao longo de suas muralhas, em calçadas eram distribuídas mesas e cadeiras onde os visitantes costumavam lanchar, apreciando o pôr-do-sol no Ver-o-peso.<sup>4</sup>

Hoje, o “velho” muro caiu por terra, desvendando o volume do Forte que hoje é mirante, é descampado, é ruína.

A população moradora do bairro da Cidade Velha revela olhares múltiplos que dependem do sentido que tais espaços adquirem em sua visão de mundo. Os grupos mais abastados, oriundos de famílias “de tradição”, aplaudem as reformas, pois as associa com a valorização material e simbólica de seu próprio imóvel como patrimônio. Os remanescentes de famílias da elite intelectual vêem de maneira crítica as mudanças nos espaços que, para essas pessoas, fazem parte de seu usufruto permanente, assinalando conflitos entre as visões

---

<sup>3</sup> Theodoro Braga foi artista plástico, nascido em Belém em 1872, estudou na Academia Nacional de Belas Artes no Rio de Janeiro. Escreveu “A arte no Pará, 1888-1918: retrospecto histórico dos últimos trinta anos na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, de 1934.

<sup>4</sup> Vêr-o-peso é a denominação da primeira área portuária de Belém, incluindo a Doca do Ver-o-peso, onde atacam as canoas que descarregam gêneros como açaí e pescado, e o Mercado de ferro.

“estética” e “vivencial” dos lugares da memória. Para outros segmentos, de famílias decadentes economicamente e de comerciantes, para os quais o bairro é local de sobrevivência, ganham destaque fatores de ordem primária, como a insegurança, mais relevantes que a “consciência histórica”. Fazem-nos lembrar que, acima da preservação dos Valores, há a necessidade de se garantir os direitos essenciais aos cidadãos. Caso contrário corre-se o risco de que esse bairro perca sua vitalidade natural e que os espaços de preservação sejam totalmente excluídos do mapa mental cotidiano de seus habitantes.

Qual o papel que a memória desempenha para os moradores da Cidade Velha? É o mesmo que rege os técnicos do patrimônio? Quanto aos usuários do Feliz Lusitânia? Como podemos visualizar o Patrimônio como parte de um imaginário através dos relatos desses personagens?

## **2 É tarde demais para querer preservar a Cidade Velha...**

A Cidade Velha é um bairro residencial muito antigo e permanece como local de moradia para famílias que se apegaram a ele. As origens desses moradores são em geral portuguesa e sírio-libanesa, além de contar com emigrantes do interior do Estado (TOCANTINS, 1976). Ouçamos a voz de seus moradores.

Falar sobre a Cidade Velha é lembrar outra fase na vida de Maria de Belém e Oneide. Ambas são professoras, formadas pela Escola Normal. Belém é filha do poeta Bruno de Menezes, intelectual paraense, e participa ativamente da vida cultural da cidade, além de ser a guardiã da igreja de São João. Oneide é viúva de Joaquim Bastos, comerciante pertencente a uma das famílias abastadas do bairro, funcionária aposentada da Companhia de Correios e Telégrafos.

Maria de Belém lembra com saudade a vida cultural que gozava nas décadas de 40 a 60, quando existiam dois cinemas no bairro – o Guarany e o Universal, e apresentações de teatro na SAI – Sociedade Artística Internacional. Como as pessoas levavam uma vida ‘provinciana’, costumavam passar o tempo conversando nas calçadas em frente a suas casas e ‘serenando’ os casamentos que ocorriam no Palacete Azul, antiga sede da Prefeitura de Belém, que atualmente abriga o gabinete do Prefeito e Museu de Arte de Belém. Aos domingos, ela e os irmãos costumavam freqüentar o restaurante do Círculo Militar<sup>5</sup>, onde “a

---

<sup>5</sup> Círculo Militar é o Clube dos Militares do Exército, que tinha a sede social funcionando no Forte do Castelo, cujo restaurante era aberto a comunidade.

gente comia olhando a paisagem, o que a gente não vê na Estação das Docas<sup>6</sup> que a gente fica retraído.”<sup>7</sup> A restauração do Forte do Castelo (hoje Forte do Presépio, para lembrar o nome original) obrigou a retirada do restaurante.

Maria de Belém e a irmã Maria Ruth são guardiãs da igreja de São João, ou São Joãzinho como gostam de chamar. Depois da saída do último padre responsável pela igreja, há cerca de 20 anos, elas assumiram a administração do templo. Com forma octogonal interna, o templo faz parte dos projetos da época pombalina na Amazônia, quando o arquiteto bolonhês Antonio Landi foi trazido como membro da Comissão Demarcadora de Limites entre Portugal e Espanha e atuou como projetista dos principais edifícios religiosos e civis do bairro original de Belém (AMAZÔNIA FELSÍNEA, 1999).

Percebe-se que memória individual das irmãs mescla-se com a memória coletiva, seja através do papel de guardiãs da memória do bairro, seja através do trabalho de reparação da igreja, ou como divulgadoras da cultura local, assumindo o papel de discípulas do pai, o poeta Bruno de Menezes. A tradição colonial portuguesa é apontada por Maria de Belém como algo que vem se perdendo com a alteração dos nomes das ruas do bairro, que lembravam as cidades da metrópole lusa.

Oneide conta das várias propriedades da família Bastos na Cidade Velha "Porque essa Cidade Velha quase toda era dos Bastos".<sup>8</sup> A casa da família Bastos foi construída em 1896, pelo comerciante português Jerônimo dos Santos Bastos e desde então permanece na família, tendo sido comprada por Joaquim Bastos, esposo de D. Oneide, em 1950. Ela lembra que naquela época não se valorizava antiguidades, chamavam de velharias. Em sua opinião é tarde demais para querer preservar a Cidade Velha, pois já está em ruínas. "Um dia desses ruiu uma aqui na Dr. Malcher que estava tombada. Ora tombam, eles são pobres e ficam morando aqui na Cidade Velha, não têm recursos ficam até o final, até a casa cair."

Como membro de uma classe tradicional, seja pelas origens, seja pelo poder econômico, Oneide sente orgulho em ser testemunho vivo de uma época de requinte no bairro, ao qual ela assistiu o declínio, cujo ponto crítico foi o Leilão das peças do Palacete Pinho. Hoje, a revitalização do entorno do Forte do Castelo significa para ela um eco distante, já que observou ao longo das décadas a substituição de seus vizinhos por novos moradores de

---

<sup>6</sup> Estação das Docas é o complexo de bares e restaurantes que funcionam em antigos galpões do porto de Belém que foram reformulados na década de 90.

<sup>7</sup> Entrevista concedida a autora pela professora Maria de Belém Menezes em 18 de fevereiro de 2004.

<sup>8</sup> Entrevista concedida a autora pela Sr<sup>a</sup> Oneide Bastos em 20 de fevereiro de 2004.

origem ribeirinha, aos quais atribui a desfiguração da aparência das casas, “modernizadas” pelos comerciantes que passaram a dominar setores do bairro.

Para Marilza Bastos, a Cidade Velha mudou muito em relação ao seu tempo de infância e juventude. “Primeiro, porque nós deixamos de ter aquela liberdade, liberdade de brincar de roda, tá, os nossos filhos já não tiveram mais essa condição. Eu ainda tive a felicidade de brincar de roda, fazer as nossas festas juninas na própria rua, fechando um quarteirão ou dois quarteirões, entendeste?”<sup>9</sup> Marilza é funcionária aposentada do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, e ocupa as manhãs no Depósito de Bebidas do filho, situado a poucos metros de sua casa.

A conversa com Marilza foi pontuada por queixas quanto à falta de segurança, que lhes tolhe a liberdade de caminhar pelo bairro, especialmente aos domingos e feriados, observação compartilhada por todos os moradores entrevistados. Destacou como ponto crítico a Praça D. Pedro II, antigo Largo dos Palácios, onde vivem moradores de rua e drogados.<sup>10</sup>

Para os antigos moradores do bairro, as igrejas tornam-se pontos de convivência social e permanência das tradições, como a “Missa do Galo” na Catedral, a procissão do Círio de Nazaré<sup>11</sup> e da Semana Santa. Porém, a visão desencantada de Marilza não parece se aperceber da aparência das construções, mas do abandono a que estão relegados seus moradores, que moram enclausurados com contatos cada vez mais tênues com a vida tradicional do bairro.

O bairro, apesar de manter uma população estável, também vem atraindo novos moradores, interessados no diferencial histórico do local, como o arquiteto José Fernandez,<sup>12</sup> que ocupa com a mãe, a artista plástica Dina Oliveira, um mini-condomínio formado por uma casa antiga e uma edificação adaptada em terreno que possui duas frentes, contando com piscina, escritório e atelier onde trabalham. A família de arquitetos optou por restaurar uma casa antiga pelo prazer de morar em casa, num bairro central e que vem se beneficiando, na última década, por intervenções públicas.

Para José, o bairro sofreu uma transformação rápida em função das intervenções operadas pelo poder público em alguns pontos do bairro, como no caso do Complexo Feliz Lusitânia. A iniciativa privada vai seguindo o interesse público, de forma que a rua onde

---

<sup>9</sup> Entrevista concedida a autora pela Sr<sup>a</sup> Marilza Bastos em 11 de março de 2004.

<sup>10</sup> A Praça foi reformada em 2007, tendo sido implantados brinquedos para as crianças, restaurados os chafarizes, as pontes e o calçamento da praça. A iluminação acentuada e o policiamento realizado pela Guarda municipal garantem mais segurança aos transeuntes.

<sup>11</sup> A procissão do Círio de N. Sra. de Nazaré realiza-se no segundo domingo de outubro, saindo a imagem em peregrinação desde a Catedral, onde é celebrada uma missa antes da saída da santa, até a Basílica de Nazaré.

<sup>12</sup> Entrevista concedida a autora pelo arquiteto José Fernandez em 22 de setembro de 2004.

mora, passou por um processo de intensificação comercial na última década. Contudo, em alguns pontos, essa reocupação está se fazendo de maneira diferenciada, ou seja, os empreendimentos comerciais estão tirando partido do Patrimônio Histórico como atrativo, como ocorre no caso de bares e restaurantes, bem como novos moradores estão se deslocando para o bairro em função de sua valorização.

Compõem o mosaico cultural da Cidade Velha os boêmios e os carnavalescos, como o Rubão, proprietário de um pequeno bar para onde se dirigem intelectuais, artistas e jornalistas atraídos pela mística do bairro. Ele se orgulha em dizer que artistas plásticos preferem seu bar ao da Casa das 11 janelas, o ‘Boteco das 11’.<sup>13</sup> No Carnaval, Rubão organiza o Baile da Sereia; o início da festa se deve à Sereia como referência das

*[...] famílias portuguesas antigas que moravam aqui na Cidade Velha e era um bar e mercearia. Antigamente a Cidade Velha ela existia muito, em cada esquina dessa aqui era mercearia, era um bar... O baile da Sereia hoje está se tomando assim uma... é pode-se dizer, uma agenda cultural daqui do bairro, aonde as famílias todas descem [...].<sup>14</sup>*

Entre um aceno e outro aos conhecidos que passam na rua, Rubão descreve uma Cidade Velha que ele conhece desde a infância como um lugar maravilhoso, onde todos se conhecem.

Contudo, existe no bairro uma área na orla do Rio Guamá, entre o Largo do Carmo e o Porto do Sal, denominada Beco do Carmo, onde moram pessoas que emigraram da região do Baixo Tocantins no final da década de 70. Um terreno destinado a ser porto da empresa de navegação Rodomar foi abandonado e começou a ser ocupado por famílias provenientes de Igarapé-Miri, como Liduína.<sup>15</sup> Ela trouxe todos os parentes para morar no terreno que hoje deixou de ser um local tranquilo devido ao adensamento causado pela subdivisão das casas para alugar quartos a pessoas que vêm do interior, como alternativa de renda. A população não tem emprego, vive de "bicos", da venda de bebidas, frutas, comida, geralmente em carrinhos, e a ausência de escolas públicas no bairro faz com que a maioria das crianças permaneça nas ruas o dia todo, jogando peteca e correndo na Praça do Carmo.

A ocupação da lateral da Igreja do Carmo tornou o acesso ao Porto do Sal um enclave social, espaço imaginariamente excluído da visão idílica do bairro histórico, mas presente como fonte de todos os males que acometem seus moradores.

<sup>13</sup> A Casa das 11 janelas foi Hospital Militar e quartel do Exército até a restauração da área denominada “Feliz Lusitânia” pelo Governo do Estado do Pará.

<sup>14</sup> Entrevista concedida a autora por Rubem Estevam Lobato, em 11 de fevereiro de 2004.

<sup>15</sup> Entrevista concedida a autora por Liduína de Almeida em 21 de maio de 2004.

### **3 Ter Leis que preservam o centro histórico não garante a preservação do centro histórico...**

Dentre os técnicos que lidam com o patrimônio, há os que trabalham com a Educação Patrimonial, como a historiadora Amélia Bemerguy, pertencente ao Departamento de Patrimônio Histórico da Fundação Cultural do Município de Belém (FUMBEL). Amélia acredita que, sem sensibilizar a população para o que precisa ser preservado, não será possível a sobrevivência do nosso patrimônio.

O projeto de Educação Patrimonial chamado "Reconhecendo Belém", coordenado pelo DEPH, acontece na semana da Seresta do Carmo, quando pessoas interessadas participam de um curso voltado para o conhecimento do bairro da Cidade Velha e do seu valor histórico e cultural. O grupo também promove cursos para públicos específicos, como idosos, taxistas, vendedores de peixe do Ver-o-peso, e curso para professores de escolas públicas, realizado a cada seis meses, em 10 escolas.

Segundo Amélia, o pensamento do DEPH sobre Educação Patrimonial é o de que "ter leis que preservam o Centro Histórico não garante a preservação do Centro Histórico".<sup>16</sup> O que garante a preservação, segundo ela, é sensibilizar a população a perceber o Centro Histórico como fazendo parte de sua história, da história da cidade e da sua história pessoal, individual. Outro objetivo é ampliar o conceito de Patrimônio, incluindo o Patrimônio Imaterial, como o Círio, e incluindo a população como atores na designação do que é patrimônio, junto com as instituições governamentais.

Para os técnicos do projeto "Feliz Lusitânia", como o historiador Allan Watrin Coelho, diretor do Museu do Forte do Presépio, "[...] o mote do projeto Feliz Lusitânia é devolver à Cidade Velha, e conseqüentemente aos monumentos e aos prédios da Cidade Velha, as suas características originais."<sup>17</sup> Para tal foram realizadas pesquisas em Arqueologia e História, com a finalidade "de resgatar ao máximo as características arquitetônicas e funcionais do Forte". Como foi impossível trazer o Forte como este foi erigido em 1616, a data mais aproximada encontrada nos vestígios foi a de 1808.

Segundo o diretor do Museu, o trabalho foi realizado em conjunto por especialistas em Arqueologia marajoara, tapajônica, Arqueologia Histórica, História, Antropologia e Arquitetura, por meio de reuniões periódicas. Os arquitetos desenvolveram o projeto de restauração baseados nas descobertas arqueológicas e na contextualização histórica, pensando

---

<sup>16</sup> Entrevista concedida a autora pela historiadora Amélia Bemerguy em 25 de março de 2004.

<sup>17</sup> Entrevista concedida a autora pelo historiador Allan Watrin Coelho em 1º de abril de 2004.

*[...] a melhor maneira de você reproduzir um ambiente da fortaleza, tá, num determinado momento. Então foi é... os arquitetos trabalharam juntos, vendo essas descobertas, vendo esses vestígios, e a partir daí já pensando em como colocar, é, **na verdade um novo Forte do Presépio em pé** (grifos meus, CSM).*

O secretário de Cultura Paulo Chaves, idealizador do projeto em questão, percebe Belém como uma cidade que está perdendo muito do seu caráter, não havendo uma mudança significativa no trato de seu patrimônio: "eu continuo achando que Belém ainda vive a história de uma queda."<sup>18</sup> Critica a especulação imobiliária e o desleixo do poder público com relação à aplicação da Lei do Uso do Solo como fatores de agravamento das "mazelas da cidade." Contudo, faz uma auto-análise positiva de sua atuação como Secretário de Cultura, identificando o Parque da Residência, sede da Secretaria de Cultura do Estado, como um exemplo de espaço tornado público e que é aproveitado pela população com segurança.

*E assim foi também em relação ao Feliz Lusitânia, aquela igreja a mais de 50 anos fechada, a igreja jesuítica, idem em relação ao Palácio Episcopal, o Bispo teve que sair correndo de lá porque aquilo tava pra cair na cabeça dele e ... nós encontramos aquela solução tão feliz, do Museu de Arte Sacra preservando a nossa, a saga da História Religiosa, da passagem das ordens religiosas pelo Pará com os seus elementos icônicos, os seus símbolos e tudo mais. Depois a área militar, que também era uma área de difícil acesso, você nem se aproximava da Casa das 11 janelas, tinha um soldado com a metralhadora mandando você caminhar você não podia chegar a 10 metros de distância. E hoje é um espaço de convivência aberto à população, mais uma janela para o rio.*

Superintendente do IPHAN, o arquiteto Cristóvão Duarte<sup>19</sup> comenta que a atuação do IPHAN hoje é complementada pelos organismos de preservação ligados ao Governo Estadual e ao Governo Municipal, os quais possuem legislações próprias. Acredita que as três instâncias devem caminhar na direção de uma gestão compartilhada, "têm que falar a mesma linguagem", embora admita que o diálogo não tem sido fácil. "Belém é muito ciosa desse patrimônio... eu vejo um orgulho nas pessoas falar da história da cidade."

Cristóvão participou da primeira fase do projeto de restauração do Forte do Castelo, quando atuava como técnico do IPHAN, há cerca de 10 anos, na gestão do Superintendente Paulo Chaves. Contou com total autonomia para realizar a pesquisa histórica, que constou de levantamento bibliográfico, iconográfico do Forte, tendo elaborado um estudo preliminar, antes de se afastar para cursar pós-graduação no Rio de Janeiro. Na sua perspectiva, o projeto

<sup>18</sup> Entrevista concedida a autora pelo arquiteto Paulo Chaves Fernandes em 5 de março de 2004.

<sup>19</sup> Entrevista concedida a autora pelo arquiteto Cristóvão Duarte em 31 de maio de 2004.



amadureceu e tomou naturalmente uma forma diferente. Contudo, a polêmica em torno da derrubada do muro foi alimentada, no seu entendimento, por falta de informação.

*Eu acho que houve muita passionalidade naquela discussão a ponto de já não saber se estava se discutindo o muro de pedra ou um muro metafórico que dividia dois partidos políticos. Eu, há 10 anos atrás, propus que ele fosse retirado porque entendia que o Forte tava oculto por aquele muro, que representa o período de decadência do Forte e de aquartelamento do Forte. O momento em que ele deixa de ser um elemento de defesa da cidade e passa a ser na verdade um elefante branco. No Brasil inteiro houve esse período em que os fortes foram aquartelados, que significa, no caso de Belém, a construção de um muro de pedra que separou o Forte da cidade, criou um anteparo visual e o Forte perdeu esse lugar de protagonista da cena urbana. Porque hoje, com a retirada do muro, você volta a ter o Forte incorporado à paisagem urbana da Praça da Sé. E toda a Cidade Velha surgiu a partir do Forte, por isso o Forte é o marco inaugural da cidade. Então eu acho que... na verdade você tinha dois caminhos: ou você restaurava o muro, ou você restaurava o Forte; não havia possibilidade de restaurar as duas coisas ao mesmo tempo porque elas conflitavam entre si e uma encobria a outra.*

A polêmica gerada em torno da derrubada do muro que envolvia o conjunto do Forte do Castelo serve como ponto de partida para que façamos uma reflexão acerca do sentido da preservação do patrimônio edificado. Vários grupos se pronunciaram acerca do assunto, alguns inclusive entrando em contradição, o que demonstra a complexidade do tema:

O muro do Forte tem valor histórico ou é apenas “velho”? É uma obstrução à pureza do espaço originalmente concebido e à visão da baía do Guajará, por isso passível de ser eliminado, deixando visíveis as fundações a 80 centímetros de altura e o arco simbólico? A construção do muro foi um atentado ao valor estético do conjunto, executado pelos insensíveis administradores de 1860?

Devolver ao Forte suas feições originais é impossível, pois o Forte foi construído inicialmente de madeira (tendo então a denominação de Forte do Presépio), sofreu reformas no século XVIII que o reconstruíram em taipa. Na época da Cabanagem (1835-1838), encontrava-se em ruínas, sendo reconstruído 15 anos depois, só então adquirindo as feições atuais e o nome Forte do Castelo de Santo Christóvão. Neste caso, também a modernização e os acréscimos falseiam a pureza original da construção.

Por outro lado, o valor histórico de um bem depende do uso e do conceito que têm aqueles que o criaram e da sociedade em geral, além de ter sua importância referendada por conhecimentos técnicos especializados. O espaço do Forte do Castelo, após a eliminação do muro, ampliou a possibilidade de interação entre a população e sua referência histórica primordial, a construída (o Forte) e a natural (o rio). Contudo, para os portugueses a defesa

era o pressuposto inicial da colonização, não havendo interesse em voltar as casas para o rio, ou usufruir da paisagem fluvial (REIS, 2000).

Segundo a Carta de Veneza (1964), documento internacional que rege ações relativas à preservação e restauro do Patrimônio Histórico e Artístico, no Art. 11:

*As contribuições válidas de todas as épocas para a edificação do monumento devem ser respeitadas, visto que a unidade de estilo não é objetivo a alcançar no curso de uma restauração. [...] O julgamento do valor dos elementos em causa e a decisão quanto ao que pode ou não ser eliminado não podem depender somente do autor do projeto (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2000).*

Para que se mantenha vivo, um conjunto edificado deve ser refuncionalizado de acordo com as necessidades contemporâneas, pois a história se faz com esquecimento e rememoração, destruição e reconstrução. A permanência de um bem material para a sociedade na qual ele conseguiu sobreviver depende da leitura que fazemos de sua importância, não só do que representou no passado, mas do que representa hoje sua existência para a memória das gerações presentes, sendo difícil prever se resistirá no futuro. Porém, diversos setores da sociedade, tanto de especialistas – arquitetos, restauradores, historiadores, antropólogos, arqueólogos – quanto de segmentos da sociedade civil devem ser ouvidos durante a elaboração de um projeto de restauro.

#### **4 Em Belém falta mais espaço como este, foi um ótimo investimento do Governo, aqui é o melhor lugar para trazer turista**

As impressões sobre o Complexo Feliz Lusitânia são bastante positivas, destacando-se a paz, a vista da baía e a segurança como qualidades mais apreciadas pelos visitantes.<sup>20</sup> A maioria dos entrevistados não freqüentava o local antes da restauração, e só após a reforma passou a valorizá-lo como vista para o rio e referencial histórico da cidade de Belém. Os belemenses sentem orgulho de ter um lugar bonito para mostrar aos visitantes de fora. O turismo é visto como fator positivo, fonte de renda e de valorização de nossas belezas.

Maior volume de visitantes se encontra nas partes externas, sendo que muitos jovens que visitaram os museus foram levados pelas escolas. Os que nunca adentraram os Museus alegam como motivos o preço alto dos ingressos para visitar todos os espaços de exposição com a família, ou o desconhecimento sobre o que há de interessante para ser visto.

Uns visitam para 'lembrar o passado'; uns reclamam por mais sombra, mais bancos para sentar, telefones públicos, sinalização, coberturas para se abrigar da chuva. Uma visitante

---

<sup>20</sup> Aplicação de questionários feitas com usuários do Complexo nos dias 14 a 21 de março de 2004, em diversos horários, como atividade do Grupo de Pesquisa *Cidade, Aldeia e Patrimônio* do Laboratório de Antropologia da UFPA.

chegou a dizer que é preciso ajeitar o muro do forte, pois assim está muito feio, referindo-se à retirada do reboco que recobria as paredes do Forte.

Muitos ficam maravilhados com a limpeza e o controle "Em Belém falta mais espaço como este, foi um ótimo investimento do Governo, aqui é o melhor lugar para trazer turista.", disse uma entrevistada (22 anos). "De Belém toda, aqui é o point!", afirmou um rapaz (16 anos). Para a moradora da Cidade Velha "é legal, é melhor do que estava antes, antes o lugar era largado, abandonado, era perigoso, não tinha nem iluminação. Hoje o ponto é um benefício para o bairro, pois vem muito turista, valoriza o comércio imobiliário, entre coisas, é muito bom. Poderia ficar melhor se a direção daí (Complexo) fizesse programações, eventos, para chamar mais pessoas."

Apesar da formação crítica das Ciências Sociais, alguns dos pesquisadores do Projeto "Cidade, Aldeia e Patrimônio" sentiram-se em conflito ao expressar sua opinião sobre o espaço, bem como os entrevistados, que se orgulham de ter um local bonito para mostrar aos que vêm de fora. Embasado na reconquista da "auto-estima dos paraenses", o projeto Feliz Lusitânia vem atraindo um fluxo contínuo de visitantes ao local. No outro extremo do bairro, próximo ao Arsenal de Marinha, foi recentemente inaugurado o Mangal das Garças, Parque Ecológico situado às margens do rio Guamá, e que faz parte dos atrativos turísticos da cidade.

## **5 Perspectivas para um bairro de quatro séculos**

A decadência da Cidade Velha mostra uma trajetória possível de ser explicada pela ânsia de modernizar o espaço 'antiquado' do bairro de feições coloniais, de rejeitar as formas da metrópole sem brilho e vestir os prédios com os caracteres da modernidade. A política higienista, presente seja na Paris de Haussmann, seja na Belém de Antonio Lemos, condena as alcovas sem ventilação nem iluminação naturais, as casas-corredor em pavimento único, ou aquelas em que se mistura o térreo comercial com a residência nos altos. A Belém do 'Paris n'América', da casa 'Paris-Londres', do Boulevard Castilhos França, do Grande Hotel com seu *terrace*, é a cidade cosmopolita por excelência, onde não há espaço para o provincianismo da velha "Cidade".

Os antigos casarões hoje passam por mudanças de usos, abrigam comércios, instituições públicas. Algumas das famílias nobres do bairro resistem, por amor a casa e por manterem seus negócios no bairro. As que possuem menos condições financeiras não se mudam e transformam as casas em mercearias improvisadas, com venda de salgados, refrigerantes, bebidas e bancas de jogo do bicho. Congregam geralmente mais de uma

geração, abrigando filhos e filhas casados, além dos netos. Persiste o antigo modo de morar, de agregar familiares, de colocar aqui e ali cadeiras nas calçadas estreitas, que contam com pouco movimento de pedestres.

A garantia de continuidade residencial do bairro é a existência dessas famílias de moradores e a relação afetiva que mantém com ele. Concentrar o valor da Cidade Velha apenas em seus monumentos, hoje muitos já tornados museus, é prender-se em apenas uma parcela de seu complexo patrimônio. Neste ponto reside a diferença cabal entre a maneira de pensar dos técnicos em preservação do patrimônio e dos frequentadores dos espaços restaurados com a visão dos habitantes do bairro: enquanto para os primeiros o bairro resume-se em edificações e espaços excepcionais, para os segundos o patrimônio reside na vivência que se tem dele. É muito instrutivo ouvir as palavras do Sr. Aprígio, ao falar da Igreja de Santo Alexandre, que deixou de ser espaço de culto, ou da professora Maria de Belém contando dos almoços no restaurante do Círculo Militar.

As grandes construções permanecem como marcos da presença dos colonizadores, e guardam em seus subsolos fragmentos daqueles a quem ultrapassaram. Os despojos dos indígenas que lutaram contra os colonizadores no antigo Forte são exaltados como fonte para a nossa história, mas surgem desconectados da vida dos atuais ‘nativos’, que não foram ouvidos para contar a sua versão da história do bairro, para narrar seus modos de vida, suas dificuldades que não são aplacadas pelas políticas de preservação oficiais.

A problemática do Tombamento acaba por privilegiar, ainda que de maneira incompleta, os que já podem manter suas casas, deixando de apoiar aqueles que vivem em casas ‘descaracterizadas’ não só por falta de ‘amor pelo patrimônio’, mas por absoluta impossibilidade de conservá-las adequadamente.

Observar o passado não é suficiente; é preciso levar a pensar criticamente sobre os problemas que, hoje, dificultam a existência da Cidade Velha, berço de Belém, como um bairro residencial, como enfatiza o Cacá, que tem que se deslocar ao bairro vizinho para ter acesso à saúde pública e à segurança. A visão do historiador crítico, para Benjamin, não deve perpetuar o passado, e sim buscar nessas informações possibilidades para ver o presente (BENJAMIN, 1987).

O passado deve surgir como uma construção do presente, permeada pelo esquecimento que o presente traz. Portanto, para ler os fragmentos da história expressos nas formas materiais dos monumentos históricos é preciso transfigurar a leitura mítica e fazer o papel do historiador crítico: ouvir as vozes esquecidas, por meio dos pequenos indícios, das imagens apagadas na memória daqueles que vivem o espaço. Recolher os traços das atividades

cotidianas serve para fazer ecoar esse passado da experiência coletiva, muito distante das coleções particulares organizadas nos museus, composta por fragmentos descontextualizados, iluminados feericamente pelo foco da história oficial.

Ecos do passado, as ruínas hoje são signos da pós-modernidade. O inacabado, o provisório se junta aos fragmentos de outros tempos, desnudam-se as estruturas na busca das origens, das técnicas primitivas. Nas muralhas de pedra do Forte lêem-se simbolicamente as mãos dos índios tupinambás que ajudaram a construí-las, mas na realidade o Forte que os índios produziram não existe mais materialmente. As ruínas são um lugar de vida, de onde a vida se retirou (SIMMEL, 1987). Por isso o Forte emerge como ruína no contexto atual: as intervenções o transformaram num espaço desértico.

Após a revitalização, o espaço da fundação da cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará se amplia e se integra – a Praça Frei Caetano Brandão une-se à paisagem do rio, pode-se caminhar pelo Forte até a orla, passando pelo fundo do antigo Hospital Militar e voltar à praça pelas escadarias. O “Arco da Memória” emoldura a vista do Forte, permitindo vislumbrar o Mercado de Ferro ao fundo. O casario da “primeira rua” também se integra na perspectiva que se amplia. As fundações do muro derrubado são barreiras transponíveis pelos sentidos, e todos passam a desfrutar o cenário mítico da ocupação da Amazônia.

O traçado da Cidade Velha permanece fechado ao rio, a não ser por pequenas frestas na Praça do Carmo, com seu casario uniforme e pelo início do Canal da Tamandaré. As casas coloniais, sem recuos ou afastamentos formam paredes contínuas que delimitam o espaço exíguo das calçadas e da pista de rolamento. A rugosidade das paredes do Forte se expõe, enquanto o pavimento de paralelepípedos das ruas é recoberto pela superfície lisa do asfalto.

Forte e cidade “voltam” a integrar-se visualmente, e o olhar dos que conviveram com o antigo quartel militar depara-se com algo novo. Um espaço amplo, com perspectivas que atingem até o Ver-o-peso. As áreas externas do Forte, que no início tinham algumas placas explicativas, perderam-nas para o tempo que rapidamente as deteriorou. Não há qualquer menção ao muro, sua existência e as razões de sua retirada. Dentro do museu, há uma vitrine que demonstra nos desenhos de 1697, 1729, 1808, 1834 e 1871, as modificações sucessivas na planta do Forte, que deixou sua forma com baluartes nas esquinas, tornando-se quadrangular. Considerando a configuração do Forte em 1808 como o paradigma das intervenções, o espaço foi adequado ao que possivelmente foi nesse momento, por isso o muro externo foi retirado, assim como o reboco do Forte, e reconstruída a amurada onde eram dispostos os canhões.

Françoise Choay (2000) aponta alguns problemas ou efeitos perversos da massificação no processo de preservação de espaços históricos, dentre os quais a transformação dos monumentos em ‘*shopping centers* da cultura’ e as intervenções a pretexto de preservação do aspecto histórico de certos centros antigos, mas que aplicam estereótipos do lazer urbano, como cafés ao ar livre, tendas de artesanato, galerias de arte, redes de lanchonetes internacionais, restaurantes, desfigurando os aspectos peculiares destes lugares, banalizando-os.

*O condicionamento sofrido pelo patrimônio urbano histórico tendo em vista o seu consumo cultural, bem como a sua disputa pelo mercado imobiliário de prestígio, tende a excluir dele as populações locais ou não privilegiadas e, com elas, as suas atividades tradicionais e modestamente quotidianas* (CHOAY, 2000, p. 197).

No caso do Complexo Feliz Lusitânia, observamos que a restauração do casario adjacente à Igreja de Santo Alexandre retirou os antigos comerciantes que nestes pontos realizavam suas atividades e lá instalaram loja de artesanato, sorveteria, casa de recepções, repartição estadual de patrimônio cultural e o Museu do Círio. Contudo, é inegável que os turistas, bem como os próprios moradores de Belém vão aos poucos se integrando ao espaço, que se redescobre como vista para o rio, local de passeio, pois que para a população local os espaços externos são muito mais atrativos que os museus. Contemplar as várias imagens que os belemenses formam sobre o núcleo inicial da colonização do Pará: de postal, de praça, de janela para o rio, de museu ao ar livre, de referência para a memória social, é cada vez mais o papel do Forte do Castelo.

Na Cidade Velha atual já se observa a consciência da importância de manter a qualidade residencial, concomitantemente com as manifestações a ela relacionadas (procissões, Baile da Sereia, comércio), bem como o remanejamento de usos incompatíveis com o espaço, como as Instituições públicas que ocasionam degradação da qualidade do espaço por meio do estacionamento irregular de veículos.

Como parte do processo de revitalização, ocorre a absorção de uma população exógena interessada em ‘Cultura e Patrimônio’, que passa a habitar e/ou utilizar imóveis antigos do bairro com atividades comerciais. Este “enobrecimento”, na visão de Zukin (1996), acontece quando um grupo não nativo se apropria da paisagem e do lugar, impondo sua visão transformadora do vernacular em paisagem, conduzindo a um processo de apropriação espacial. Assim, a valorização do cenário antigo leva estes novos grupos a buscar a integração ao lugar, que se dá pela inserção de novos hábitos e modos de vida que mudam o caráter destas áreas. Esse processo pode ser positivo à medida que revigora e valoriza o bairro,

participando de sua tradição, mas incluindo novos usos. A chegada de novos moradores à Cidade Velha, bem como a utilização de espaços como a Praça do Carmo em atividades de lazer e cultura trazem novos ares ao bairro, servindo de incentivadores de mudanças benéficas.

### **Referências**

- AMAZÔNIA FELSÍNEA. 1999. **Antonio José Landi**: Itinerário artístico e científico de um arquiteto bolonhês na Amazônia do século XVIII. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.
- BENJAMIN, Walter. Escavar e Lembrar. *In*: **Obras Escolhidas**. v. 2. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. Lisboa: Edições 70, 2000.
- CRUZ, Ernesto. **História de Belém**. Belém: Gráfica Universitária, 1973.
- FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Theodoro Braga e a história da arte na Amazônia. *In*: **A Fundação da Cidade de Belém**. Belém: Museu de Arte de Belém, 2004.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Cartas Patrimoniais**. Rio: IPHAN, 2000.
- REIS, Nestor Goulart. **Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial**. São Paulo: FUPAM/EDUSP/Imprensa Oficial, 2000. CD-ROM.
- SIMMEL, Jorge. Las Ruínas. *In*: **Cultura Femenina y otros ensayos**. Madrid: Revista de Occidente, 1984.
- TOCANTINS, Leandro. **Santa Maria de Belém do Grão Pará**: instantes e evocações da cidade. Rio: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1976.
- ZUKIN, Sharon. Paisagens Urbanas Pós-modernas: mapeando cultura e poder. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 24, 1996.